

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2026
(Localizar por 90.062 no COMPRAS.GOV.BR)

O **MUNICÍPIO DE TERRA ROXA (UASG nº 987.921)**, Estado do Paraná, através da Comissão designada pela Portaria nº 17192/2026, de 17 de março de 2026, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

TIPO: MENOR PREÇO	Abertura: Data 07/07/2026, às 09:00 horas Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
--------------------------	---

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS SECOS RECICLÁVEIS E REUTILIZÁVEIS, PROVENIENTES DA COLETA SELETIVA MUNICIPAL, ATÉ A UNIDADE DE VALORIZAÇÃO DE RECICLÁVEIS – UVR DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PR.**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO (DESCRIÇÃO DO OBJETO)	CATMA T / CATSE R	UNIDAD E DE MEDIDA	QUANTID ADE	VALOR UNITÁRI O (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS SECOS RECICLÁVEIS E REUTILIZÁVEIS ATÉ A UNIDADE DE VALORIZAÇÃO DE RECICLÁVEIS – UVR, PARA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE TRIAGEM, PROCESSAMENTO, BENEFICIAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS MATERIAIS COLETADOS.		MESES	12	73.428,02	881.136,24
TOTAL						881.136,24

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição e a unidade de medida do CATMAT e a do Edital, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Edital.

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de R\$ 881.136,24 (oitocentos e oitenta e um mil, cento e trinta e seis reais e vinte e quatro centavos).

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Código	Descrição
2.026	
715	Referência
10	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
002	Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental
2048	Manutenção das Atividades da limpeza, manejo e destinação de resíduos sólidos urbanos
3.339.039.829.900.000.000	Serviços de controle ambiental em geral
00511	Taxas - Prestação de Serviços
2.026	
858	Referência
10	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
002	Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental
2048	Manutenção das Atividades da limpeza, manejo e destinação de resíduos sólidos urbanos
3.339.039.829.900.000.000	Serviços de controle ambiental em geral
00510	Taxas - Exercício Poder de Polícia

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o site www.comprasnet.gov.br.

O edital está disponível na *internet*, no site www.terraroxa.atende.net, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>.

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Cleiton Lopes Antunes / Anelise Lana de Oliveira e equipe de apoio, designadas pela Portaria n.º 17192/2026, servidores do Município de Terra Roxa-PR.

E-mail: licitacao@terraroxa.pr.gov.br

Telefones: (44) 3645-8300

Endereço: Av. Pres. Costa e Silva, 95 – CEP 85.990-000, Terra Roxa-Paraná

O atendimento será feito no horário das 07h30min às 12 h e das 13h30min às 17 h.

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, no **E-mail:** licitacao@terraroxa.pr.gov.br pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados,

no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no Setor de Licitações, do Município, **das 07h30min às 12 h e das 13h30min às 17 h.**

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto Municipal n.º 4045/2023, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1 Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor unitário, fixado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.1.1 Os valores que permanecerem acima (ou com lances negativos, no caso de critério de julgamento de maior desconto) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote / item(s), nesta fase, serão desclassificados”.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de (MENOR PREÇO).

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima (ou com lances negativos, no caso de critério de maior desconto) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote / item (s), serão desclassificadas.”

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 PROPOSTA PARCIAL:

4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

5 ME E EPP ou MEI:

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

6 AMOSTRA:

Não Será exigida do arrematante amostra do(s) objeto(s) licitado(s), na forma do Termo de Referência (Anexo I).

7 GARANTIA:

Será exigida garantia da execução do contrato, na forma da Minuta de Contrato (Anexo VII).

8 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Locais de Entrega;
- Anexo VII – Minuta de Contrato (ou Anexo à Nota de Empenho);
- Anexo VIII – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP.
- Anexo IX – Declaração LGPD.

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do www.comprasnet.gov.br.

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração municipal www.comprasnet.gov.br.

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no Decreto Municipal n.º 4045/2023.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração municipal, conforme instruções que podem ser obtidas na página www.comprasnet.gov.br.

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração municipal implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

<p>2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.</p>
--

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.4. O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto;

4.1.2 Marca;

4.1.3 Fabricante;

4.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo de R\$ 100,00 (cem reais).

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 O Critério de julgamento adotado será o *menor preço (ou maior desconto)*, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006-

5.21 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.28.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.29 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.2 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.5 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.5.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.7 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.8.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e

o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital.

9.2 A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no site www.terraroxa.atende.net.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11. CONTRATO/ATA, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato/ata ou retirar a nota de empenho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

11.5 Se o adjudicatário se recusar a assinar o contrato/ata ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato/ata nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato/ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013.

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, será marcada nova data de abertura, com publicação de novo aviso.

13.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

13.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

13.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.10 O Foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas desta licitação é o da Comarca de Terra Roxa, Estado do Paraná, com renúncia prévia e expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Terra Roxa-PR, 19 de Junho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS SECOS RECICLÁVEIS E REUTILIZÁVEIS, PROVENIENTES DA COLETA SELETIVA MUNICIPAL, ATÉ A UNIDADE DE VALORIZAÇÃO DE RECICLÁVEIS – UVR DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PR, conforme especificações da planilha abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO (DESCRIÇÃO DO OBJETO)	CATMAT / CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS SECOS RECICLÁVEIS E REUTILIZÁVEIS ATÉ A UNIDADE DE VALORIZAÇÃO DE RECICLÁVEIS – UVR, PARA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE TRIAGEM, PROCESSAMENTO, BENEFICIAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS MATERIAIS COLETADOS.		MESES	12	73.428,02	881.136,24
TOTAL						881.136,24

1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1. DOS SERVIÇOS:

1.2.1.1. Prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos secos recicláveis e reutilizáveis até a Unidade de Valorização de Recicláveis – UVR do Município de Terra Roxa – PR, localizada na Rua Projetada A, Parque Industrial, Terra Roxa – PR, coordenadas geográficas -24.17057863527022, -54.11224530003045, 1 para posterior triagem, processamento, beneficiamento e destinação final ambientalmente adequada dos materiais coletados;

1.2.1.2. Os serviços a serem terceirizados (coleta e transporte) serão executados em todo o território residencial do Município, contemplando a zona urbana, comunidades rurais, distritos de Santa Rita e Alto Alegre, e comunidades como Vila Guarani e São José. Deverão contemplar ainda a coleta de recicláveis nas comunidades indígenas existentes no Município.

1.2.1.3. O recolhimento dos materiais será realizado pela contratada de segunda a sexta-feira. A contratada deverá atender às seguintes diretrizes no âmbito da circulação e interação com os munícipes:

- Interagir com respeito e cordialidade;
- Cumprir os dias e horários de coleta determinados em acordo com os munícipes;

- c. Apresentar informações claras e objetivas;
- d. Em havendo mudanças no itinerário da coleta, bem como nos horários de realização da mesma, responsabilizar-se pelas informações aos munícipes;
- e. Atentar para as normas de saúde e segurança do trabalho.

1.2.1.4. O tipo de coleta será porta a porta, com rotas pré-definidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, considerando uma logística eficiente. Poderão ser adotados planos alternativos de coleta (com autorização prévia da Secretaria do Meio Ambiente), a exemplo de Pontos de Entrega Voluntários (PEVs), a partir da capacidade operacional de cada grupo, bem como da necessidade apresentada pelos munícipes e pela Contratante;

1.2.1.5. Deverá incentivar os munícipes a utilizar a sede da UVR como Ponto de Entrega Voluntária fixa, considerando a necessidade de incentivo à responsabilidade compartilhada na destinação dos resíduos passíveis de reciclagem, prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), bem como no Plano Municipal de Saneamento Básico (Lei 1433/2016);

1.2.1.6. Os serviços serão acompanhados, registrados e sistematizados através de mecanismos de controle sobre a prestação dos serviços, baseados na fiscalização a ser promovida pelo fiscal do contrato, que deverá acompanhar a periodicidade e constância dos serviços, assim como a observância e cumprimento das rotas e programações traçadas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

1.2.1.7. Além do acompanhamento operacional dos serviços, a Contratada deverá realizar o controle e registro da quantidade de resíduos coletados e transportados até a Unidade de Valorização de Recicláveis – UVR.

1.2.1.8. Para tanto, cada viagem realizada deverá ser objeto de pesagem, devendo ser registrados, no mínimo, os seguintes dados:

- a) data da coleta e transporte;
- b) peso bruto do veículo carregado;
- c) peso da tara do veículo;
- d) peso líquido dos resíduos transportados;
- e) identificação do veículo utilizado;
- f) quilometragem inicial e final do odômetro referente à rota executada;
- g) identificação da rota ou localidade atendida.

1.2.1.9. A Contratada deverá elaborar relatório mensal consolidado contendo todas as informações de pesagem e controle operacional dos serviços executados no período, acompanhado dos respectivos comprovantes de pesagem. O relatório deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, para fins de fiscalização, monitoramento e controle contratual.

1.2.1.10. A execução dos serviços de coleta e transporte de resíduos recicláveis ocorrerá de segunda-feira a sexta-feira, inclusive quando houver feriados coincidentes com dias úteis, de forma a garantir a continuidade e regularidade da coleta seletiva municipal.

1.2.1.11. Ficam excetuados da obrigatoriedade de prestação dos serviços os seguintes feriados, quando coincidirem com dias úteis:

- I – 1º de janeiro (ano novo);
- II – Sexta-Feira Santa;
- III – Páscoa;
- IV – 25 de dezembro (Natal).

1.2.1.12. Nos feriados acima relacionados, a Contratada ficará dispensada da execução dos serviços, sem prejuízo do planejamento operacional necessário para manutenção da regularidade da coleta nos dias subsequentes.

1.2.2. VEÍCULOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL:

1.2.2.1. A empresa contratada deverá priorizar a contratação de mão de obra local, composta por funcionários nas funções de coletores, motoristas e supervisor. Em caso de atestado ou afastamento de qualquer funcionário, a empresa deverá realizar a substituição imediata, garantindo a continuidade dos serviços. Todos os profissionais devem ter documentação que comprove sua contratação e habilitação para a execução das atividades previstas;

1.2.2.2. A equipe será composta por 04 (quatro) funcionários, distribuídos da seguinte forma: 01 (um) motorista, 02 (dois) coletores e 01 (um) supervisor. A jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sexta, em horário a ser definido em comum acordo entre a contratada e a Secretaria do Meio Ambiente, devendo ocorrer exclusivamente em expediente diurno;

1.2.2.3. Todos os funcionários deverão estar devidamente uniformizados durante a execução dos serviços, de acordo com as normas de segurança e identificação profissional;

1.2.2.4. A empresa contratada deverá dispor de no mínimo 01 (um) caminhão coletor para operação, estando dentro das normas ambientais para uso, com volume efetivo de carga de no mínimo 12 m³. O ano de fabricação do veículo não poderá ser superior a 15 anos. O caminhão deverá estar em perfeitas condições de uso, e a empresa deverá apresentar cópias dos documentos do veículo no ato da assinatura do contrato e apresentá-los para conferência da tara, em local e horário marcados com o gestor e fiscal do contrato, que deverão acompanhar o processo;

1.2.2.4.1. A Contratada deverá disponibilizar veículo equipado com sistema de rastreamento e monitoramento por GPS em pleno funcionamento durante toda a vigência contratual.

1.2.2.4.2. O sistema deverá permitir o registro e armazenamento do histórico de rotas percorridas, datas, horários e deslocamentos realizados, possibilitando a conferência dos itinerários executados e a verificação do cumprimento das rotas e cronogramas estabelecidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

1.2.2.4.3. Sempre que solicitado pela fiscalização do contrato, a Contratada deverá disponibilizar relatórios, mapas, registros eletrônicos ou acesso ao sistema de rastreamento que permitam a comprovação dos percursos realizados, sem ônus adicional para a Contratante.

1.2.2.5. A empresa deverá designar motoristas devidamente habilitados para a condução dos veículos e cumprir rigorosamente as normas de conduta estipuladas no Código Nacional de Trânsito e na legislação complementar, inclusive a legislação municipal pertinente;

1.2.2.6. As despesas com combustível, manutenção, assistência técnica, seguros e demais despesas que venham a decorrer durante o contrato serão por conta da empresa vencedora;

1.2.2.7. A empresa contratada deverá substituir os veículos que estiverem prestando serviço no prazo de 24 (vinte e quatro) horas em caso de acidente ou defeito mecânico, com as mesmas características e condições previstas;

1.2.2.8. As manutenções corretivas e preventivas dos veículos serão providenciadas pela empresa vencedora, sem ônus para a contratante;

1.2.2.9. Os veículos, máquinas e equipamentos necessários à execução dos serviços deverão ser adequados e suficientes à boa qualidade dos serviços. A quantidade, marcas, modelos, capacidade e outras características dos veículos, máquinas e equipamentos ficam a critério da contratada, desde que atendam ao mínimo exigido;

1.2.2.10. Os veículos, máquinas e equipamentos deverão ser mantidos em perfeitas condições de operação, incluindo:

- a. Perfeito funcionamento do velocímetro e odômetro;
- b. Tacógrafo e equipamentos de sinalização;
- c. Perfeito estado de conservação da pintura;
- d. Limpeza geral do veículo;

1.2.2.11. Os funcionários da empresa deverão utilizar equipamentos de proteção coletiva, EPIs e uniformes de modo a garantir a segurança e a identificação;

1.2.2.12. Os veículos, máquinas, equipamentos e uniformes em uso deverão estar adesivados com os dizeres: “A Serviço do Município de Terra Roxa”, conforme modelo a ser fornecido pela contratante. A despesa com arte e adesivo será por conta da empresa vencedora.

1.2.2.13. Frisa-se que, a empresa contratada deverá manter a continuidade e regularidade dos serviços durante toda a vigência contratual. Em caso de pane mecânica, acidente, avaria, manutenção corretiva emergencial ou qualquer outra ocorrência que impeça a operação do caminhão utilizado na coleta seletiva, a contratada deverá disponibilizar e colocar em operação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, outro veículo de características equivalentes ou superiores, devidamente licenciado e apto à execução dos serviços, com capacidade suficiente para realizar a coleta e o transporte de todos os resíduos recicláveis previstos nas rotas programadas.

1.2.2.14. A substituição deverá ocorrer sem qualquer ônus adicional para a Contratante e sem prejuízo à continuidade dos serviços, considerando tratar-se de atividade essencial e de caráter contínuo, não sendo admitidas interrupções, paralisações ou atrasos que comprometam o cronograma de coleta estabelecido pelo Município.

1.2.3. INSTALAÇÕES:

1.2.3.1. A empresa vencedora deverá dispor de número de telefones para contatos, garagem ou pátio de estacionamento, escritório para controle e planejamento das atividades e instalações para atendimento de seu pessoal operacional compatíveis com o número de empregados. Os números de telefone e endereços devem estar disponíveis ao público.

1.2.4. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.2.4.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica da proponente, em vigência, junto ao Órgão fiscalizador responsável; (Registro no CREA ou CRBio ou CAU ou CRQ);

1.2.4.2. Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome da licitante ou do responsável técnico, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto desta licitação, referentes à coleta e/ou transporte de resíduos sólidos;

1.2.4.2.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo: descrição da natureza dos serviços executados; discriminação dos serviços prestados; avaliação quanto à qualidade da execução; cumprimento de prazos e demais condições contratuais;

1.2.4.2.2. Identificação da entidade emitente, contendo razão social, CNPJ, endereço e telefone;

1.2.4.2.3. Local e data de emissão;

1.2.4.2.4. Nome, cargo, assinatura e contatos do responsável pela veracidade das informações;

1.2.4.2.5. Indicação do prazo contratual, com data de início e término da execução; 1.2.4.2.6. A comprovação da qualificação técnica poderá ser realizada por meio do somatório de quantitativos executados em mais de um contrato, desde que compatíveis com o objeto licitado;

1.2.4.3. Declaração de disponibilidade dos veículos, caminhões, máquinas e equipamentos necessários à execução dos serviços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, acompanhada de documentação comprobatória, admitindo-se:

1.2.4.3.1. Para bens próprios: cópia da nota fiscal, CRLV ou outro documento idôneo que comprove a propriedade em nome da licitante;

1.2.4.3.2. Para bens locados: cópia do contrato de locação, pré-contrato ou carta de intenção de locação, acompanhada de documento que comprove a propriedade do bem pelo locador;

1.2.4.3.3. Para aquisição futura: carta de intenção de compra, acompanhada de declaração do fornecedor comprometendo-se à entrega do bem antes do início da execução contratual;

1.2.4.4. Todos os veículos, máquinas e equipamentos deverão atender às especificações técnicas do edital, encontrando-se em bom estado de conservação, segurança e pleno funcionamento, sujeitando-se à vistoria da Administração;

1.2.4.5. Apresentação de Licença Ambiental Simplificada (LAS) vigente, ou outro instrumento ambiental equivalente, emitido pelo órgão ambiental competente, que autorize a execução dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos, em conformidade com a legislação ambiental vigente e com as normas do Instituto Água E Terra – IAT.

1.2.5. CRONOGRAMA DA COLETA (MAPA DAS ÁREAS EM ANEXO A ESTE TERMO):

SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
<ul style="list-style-type: none"> • Av. Santos Dumont • Bosque • Paloma 	<ul style="list-style-type: none"> • Posto Stop até a Av. da Saudade 	<ul style="list-style-type: none"> • Novo Horizonte • Multirão • Parque das Nações • Av. Castelo Branco • Av. Costa e Silva • Eliza • Ecoville • Vila Guarani 	<ul style="list-style-type: none"> • Santa Rita • Monte Carlo • Heinen • Delfino • Alto Alegre 	<ul style="list-style-type: none"> • Alvorada • Leal • Parque Verde • Europa • Veneza • Primavera • São José

1.2.5.1. Para fins de dimensionamento da contratação, adotou-se metodologia conservadora, considerando parâmetros superiores à média histórica observada, de modo a garantir margem de segurança operacional suficiente para absorver oscilações na geração de resíduos recicláveis ao longo do período contratual.

1.2.5.2. A quantidade média mensal coletada foi estimada em 47,5 toneladas de resíduos recicláveis, valor obtido mediante arredondamento para cima dos quantitativos de 2025, visando evitar subdimensionamento dos serviços.

1.2.5.3. Da mesma forma, para o cálculo da necessidade de transporte até a Unidade de Valorização de Resíduos (UVR), foi adotada capacidade operacional conservadora de apenas 1.000 kg por viagem para caminhão com carroceria de 12 m³, embora a capacidade efetiva do veículo possa ser superior em condições normais de operação.

1.2.5.4. Com base nesses parâmetros, obtém-se uma necessidade estimada de 48 viagens mensais à UVR, distribuídas da seguinte forma:

- a) 28 viagens mensais originadas na sede do Município;
- b) 12 viagens mensais originadas no Distrito de Santa Rita;
- c) 4 viagens mensais originadas no Distrito de Vila Guarani;
- d) 4 viagens mensais originadas no Distrito de São José.

1.2.5.5. Para o cálculo da distância percorrida mensalmente até a UVR, foi adotada como referência, na sede do Município, a distância média entre a Prefeitura Municipal e a UVR, correspondente a 2,5 km por trecho. Considerando o

deslocamento de ida e volta, cada viagem corresponde a 5 km. Assim, as 28 viagens mensais representam aproximadamente 140.000 metros por mês.

1.2.5.6. Nos Distritos, foram consideradas as distâncias médias entre cada localidade e a UVR, já contemplando os deslocamentos de ida e volta, resultando em:

- a) Distrito de Santa Rita: $60 \text{ km} \times 12 \text{ viagens} = 720.000 \text{ metros/mês}$;
- b) Distrito de Vila Guarani: $40 \text{ km} \times 4 \text{ viagens} = 160.000 \text{ metros/mês}$;
- c) Distrito de São José: $28 \text{ km} \times 4 \text{ viagens} = 112.000 \text{ metros/mês}$.

1.2.5.7. A distância total estimada para os deslocamentos entre os Distritos e a UVR corresponde a 992.000 metros por mês. Somando-se os deslocamentos realizados na sede municipal, obtém-se uma distância estimada de 1.132.000 metros por mês relacionados exclusivamente ao transporte dos materiais até a UVR.

1.2.5.8. Adicionalmente, considerando a execução da coleta seletiva nas avenidas e ruas do Município, cuja extensão total estimada corresponde a 506.708 metros por mês, a distância operacional mensal total prevista para a execução dos serviços alcança 1.638.708 metros.

1.2.5.9. Para fins de planejamento da contratação, composição de custos e garantia da adequada execução contratual, foi aplicada margem de segurança de 10% sobre a distância operacional estimada, destinada a absorver eventuais ampliações de rotas, inclusão de novos pontos de coleta, desvios operacionais, situações excepcionais e possíveis diferenças decorrentes de estimativas e levantamentos de campo.

1.2.5.10. Dessa forma, a distância de referência para dimensionamento da contratação passa a ser de 1.802.579 metros por mês.

1.2.5.11. Considerando a vigência contratual de 12 meses, a estimativa anual de distância percorrida corresponde a:

- a) Distância anual com margem de segurança de 10%: 21.630.948 metros/ano ($1.802.579 \text{ m} \times 12$).

1.2.5.12. Assim, para fins de dimensionamento técnico, planejamento operacional e formação de preços da licitação, recomenda-se a adoção da distância estimada de 1.802.579 metros por mês, equivalente a 21.630.948 metros por ano, contemplando margem de segurança adequada para garantir a continuidade e a eficiência dos serviços durante toda a execução contratual.

1.2.6. MÉDIA MENSAL EM TONELADAS DO TOTAL COLETADO NO ANO DE 2025

ANO DE 2025	TONELADAS
JANEIRO	52.285
FEVEREIRO	57.480
MARÇO	44.172
ABRIL	42.183
MAIO	47.882
JUNHO	63.883

JULHO	38.548
AGOSTO	44.368
SETEMBRO	54.815
OUTUBRO	50.695
NOVEMBRO	44.441
DEZEMBRO	23.595
MÉDIA	47.028

1.3. DO SEGURO GARANTIA

1.3.1. Será exigida a prestação de garantia financeira do contrato no percentual de 5% do valor do contrato.

1.3.1.1. A garantia deverá ser prestada em qualquer das modalidades relacionadas no § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, sendo que, se a opção for seguro-garantia, esta deverá ser apresentada no momento da assinatura do contrato;

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO

2.1.1. A contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos secos recicláveis e reutilizáveis justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade, eficiência e regularidade dos serviços de coleta seletiva no Município de Terra Roxa – PR, atendendo às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010) e do Plano Municipal de Saneamento Básico (Lei Municipal nº 1433/2016).

2.1.2. Os serviços de coleta seletiva possuem caráter essencial, contribuindo diretamente para a preservação ambiental, redução dos impactos causados pela disposição inadequada de resíduos, promoção da saúde pública e fortalecimento das ações de educação ambiental junto à população. A interrupção desses serviços comprometeria significativamente a limpeza urbana, o sistema de reciclagem municipal e o adequado gerenciamento dos resíduos sólidos recicláveis gerados no Município.

2.1.3. A terceirização dos serviços mostra-se necessária em razão da inexistência de estrutura operacional própria suficiente para execução integral das atividades, considerando a necessidade de disponibilização de veículos adequados, equipe operacional, manutenção contínua, substituição imediata em casos de falhas mecânicas e cumprimento das rotas previamente definidas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

2.1.4. Além disso, a contratação de empresa especializada proporciona maior eficiência operacional, otimização dos recursos públicos e continuidade dos serviços, uma vez que a contratada deverá manter equipe técnica, veículos reserva, equipamentos adequados e suporte operacional permanente para atendimento das demandas do Município, inclusive nas comunidades rurais, distritos e aldeias indígenas. 2.1.5. A medida também se justifica

pela necessidade de assegurar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos recicláveis coletados, promovendo o encaminhamento à Unidade de Valorização de Resíduos – UVR, fortalecendo as ações de reaproveitamento, triagem e valorização dos materiais recicláveis.

2.1.6. Dessa forma, a realização da presente contratação é indispensável para assegurar a manutenção dos serviços públicos de coleta seletiva, garantindo eficiência, regularidade, segurança operacional e atendimento ao interesse público, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente.

2.2 DO ESTUDO TÉCNICO

2.2.1. O presente termo acompanha o estudo preliminar técnico em anexo.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 [SOLUÇÃO COMO UM TODO]

Em termos de justificativa econômica, a natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do inciso XIII, do art. 6º da Lei 14.133/2021, pois, seus padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais de mercado, podendo, portanto, ser licitado.

4. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO ESTIMADO E DA METODOLOGIA DE PESQUISA

4.1. Da Natureza do Objeto e da Metodologia Adotada

4.1.1. Por se tratar de contratação de serviço que envolve regime de Dedicação Exclusiva de Mão de Obra, a modelagem da estimativa de custos e a fixação do valor de abertura do certame seguiram rigorosamente as premissas contidas no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como as regulamentações infralegais aplicáveis. Dessa forma, o preço global estimado foi balizado, primordialmente, por meio da construção de uma Planilha de Custos e Formação de Preços, detalhando de forma analítica os custos com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, insumos operacionais, tributos e margens de lucro/administração.

4.2. Das Diligências Junto ao Setor Privado (Cotações Diretas)

4.2.1. Em caráter complementar e buscando exaurir as possibilidades de aferição mercadológica e validação de insumos e taxas praticadas no mercado local, a Equipe de Planejamento realizou o envio formal de pedidos de cotação de preços para 06 (seis) empresas do setor privado.

4.2.2. A seleção destas 06 (seis) empresas atendeu aos seguintes critérios:

- a) Compatibilidade de Ramo: Atuação direta e consolidada em ramo perfeitamente compatível com o objeto pretendido;
- b) Histórico de Participação: Escolha pautada em empresas que participaram efetivamente do processo licitatório realizado anteriormente por este Município. Esse critério técnico e de conveniência administrativa facilitou a localização e o célere encaminhamento das solicitações de orçamento via canais de comunicação validados.

4.3. Do Resultado das Solicitações e das Fontes Complementares

4.3.1. Dentre as empresas consultadas, apenas 01 (uma) empresa retornou formalmente com a sua respectiva proposta de preço/orçamento.

4.3.2. Nas demais etapas de cruzamento e consolidação de dados de mercado para os itens que compõem o escopo, buscou-se amparo nas plataformas e bancos de dados oficiais da Administração Pública. No entanto, para determinados insumos e componentes da planilha em que não foi obtido êxito na extração de valores por meio da pesquisa geral de preços (como no portal *Compras.gov.br* ou outras fontes públicas usuais), a Administração adotou, justificadamente, o valor indicado no orçamento enviado pelo único fornecedor que respondeu ao chamado.

4.3.4. Tal providência encontra-se respaldada na impossibilidade prática de obtenção de outras fontes oficiais concomitantes, assegurando que nenhum item ficasse desprovido de preço referencial real que pudesse comprometer a execução contratual ou desidratar o equilíbrio econômico-financeiro da Planilha de Custos.

4.4. Da Conclusão da Estimativa

4.4.1. A utilização conjunta da planilha analítica de custos, das pesquisas de preços em plataformas governamentais e do orçamento privado retido conferiu a robustez necessária para se atingir o preço máximo que o Município se dispõe a pagar. O valor global estimado encontra-se detalhado e demonstrado formalmente no anexo deste Termo de Referência, refletindo com fidedignidade a justa remuneração do objeto a ser licitado.

5. PARCELAMENTO DO OBJETO

a) Tendo em vista os serviços aqui contemplados, são passíveis de parcelamento sem prejuízos à economia de escala, ou de natureza técnica. O disposto encontra-se aplicável na presente demanda, não sendo vislumbrado, no momento, as motivações para a não adoção do parcelamento dos serviços.

b) Os serviços serão prestados durante os 12 meses do ano, o que demanda uma abordagem contínua e consistente. O parcelamento permite que a contratação se ajuste às necessidades sazonais e garanta que os serviços sejam realizados sem interrupções, preservando a continuidade do serviço.

6. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

6.1. Nos termos do art. 48, I da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, os itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

6.2. Nos itens de contratação acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme o art. 48, III, da mesma Lei, a Administração deverá estabelecer, em certames para aquisições de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual e Cooperativas.

7. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS CONTÍNUO

7.1. Os objetos dessa licitação são classificados como serviços contínuos, pois os serviços contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, conforme estabelece o inciso XV do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e art. 50 do Decreto Municipal 4045/2023.

8. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1. Conforme cronograma estipulado e fornecido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente constante no item 1.2.5. deste Termo de Referência;

8.2. A prestação do Serviço provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.3. O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de realizar o serviço no endereço relacionado, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5 O fiscal do contrato assumirá as funções descritas no Art. 32 do Decreto Municipal 4045/2023.

9.6 O gestor do contrato assumirá as funções descritas no Art. 33 do Decreto Municipal 4045/2023.

9.7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO, INDICADORES DE RESULTADOS, RELATÓRIOS MENSIS E MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS:

9.7.1. Os critérios de avaliação e indicadores de resultados estão articulados aos principais aspectos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010), do Plano Municipal de Saneamento Básico (Lei Municipal nº 1.433/2016), da Lei Municipal nº 1.802/2020 e dos objetivos estabelecidos para a presente contratação.

9.7.2. Poderão ser adotadas estratégias conjuntas entre a Contratada e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente visando o aperfeiçoamento contínuo dos serviços prestados e o alcance dos resultados pretendidos.

9.7.3. Os serviços serão acompanhados, registrados e sistematizados através de mecanismos de controle sobre a prestação dos serviços, baseados na fiscalização a ser promovida pelo fiscal do contrato, que deverá acompanhar a periodicidade e constância dos serviços, bem como a observância e cumprimento das rotas e programações traçadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

9.7.4. Para fins de acompanhamento da execução contratual, serão observados os seguintes indicadores de resultados:

9.8. INDICADORES DE RESULTADOS:

a) Destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos recicláveis e reutilizáveis coletados no Município;

Indicador:

- Quantidade estimada ou aferida de resíduos recicláveis encaminhados à Unidade de Valorização de Recicláveis – UVR.

b) Universalização e manutenção da coleta seletiva municipal;

Indicador:

- Número de bairros, distritos, comunidades rurais e aldeias indígenas atendidos;
- Cumprimento das rotas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

c) Regularidade da prestação dos serviços;

Indicador:

- Percentual de rotas executadas mensalmente;
- Número de interrupções ou atrasos injustificados registrados pela fiscalização.

d) Qualidade operacional dos serviços;

Indicador:

- Condições de uso dos veículos empregados;
- Disponibilidade de equipe mínima exigida;
- Utilização adequada de uniformes, EPIs e equipamentos necessários à execução dos serviços.

e) Participação da população na coleta seletiva;

Indicador:

- Crescimento do volume de materiais recicláveis coletados;
- Ampliação dos pontos e regiões atendidas pela coleta seletiva.

f) Fortalecimento das ações de gestão integrada dos resíduos sólidos;

Indicador:

- Atendimento das metas e diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- Atendimento às notificações e orientações expedidas pela fiscalização contratual.

9.9. Os serviços serão conferidos mediante acompanhamento do fiscal do contrato, responsável pelo atesto da execução dos serviços contratados.

9.10. Para fins de medição e pagamento, a Contratada deverá apresentar mensalmente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente:

- I – Relatório Mensal de Execução dos Serviços;
- II – Relação das rotas realizadas durante o período;
- III – Relação das localidades atendidas;
- IV – Registro das ocorrências verificadas durante a execução dos serviços;
- V – Informações relativas às substituições de veículos ou funcionários ocorridas no período;
- VI – Demais documentos eventualmente exigidos pela fiscalização.

9.11. O Relatório Mensal de Execução deverá ser entregue até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços.

9.12. A fiscalização procederá à conferência da documentação apresentada, bem como à verificação do efetivo cumprimento das rotas, cronogramas e demais obrigações previstas neste Termo de Referência.

9.13. A medição dos serviços será realizada mensalmente e considerará a execução integral das atividades previstas para o período de referência.

9.14. O pagamento da parcela mensal ficará condicionado:

- I – à apresentação da Nota Fiscal;
- II – à apresentação do Relatório Mensal de Execução;
- III – ao atesto do fiscal do contrato quanto à regular execução dos serviços;
- IV – à manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada.

9.15. A constatação de falhas na execução dos serviços, interrupções injustificadas, descumprimento das rotas estabelecidas, não atendimento das determinações da fiscalização ou qualquer outra irregularidade poderá ensejar a aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da realização das glosas cabíveis sobre a parcela mensal correspondente.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto/serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao serviço prestado;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos e decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Cadastramento de Fornecedores (SICAF), conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto/serviço no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto/serviço recebido/prestado provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto/serviço, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento dos serviços efetivamente executados será realizado em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento definitivo e do atesto da Nota Fiscal/Fatura pela fiscalização do contrato, desde que apresentados todos os documentos exigidos e comprovado o adimplemento integral das obrigações contratuais pela Contratada.

11.1.1. O pagamento ficará condicionado à apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao período de execução dos serviços, acompanhada dos relatórios mensais de coleta e transporte de resíduos sólidos secos recicláveis e reutilizáveis provenientes da coleta seletiva municipal, contendo, no mínimo, as informações relativas às rotas executadas, períodos de coleta, quantidades transportadas e demais dados necessários à aferição dos serviços prestados.

11.1.2. Os relatórios e demais documentos comprobatórios deverão ser encaminhados à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que procederá à conferência da execução contratual, emissão do respectivo atesto e encaminhamento dos procedimentos administrativos necessários à liquidação da despesa.

11.1.3. Serão pagos exclusivamente os serviços efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização do contrato, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

11.2. Para fins de pagamento, a Contratada deverá comprovar sua regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária mediante apresentação das seguintes certidões válidas:

- a) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Federal;
- b) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Estadual, inclusive do Estado do Paraná quando a empresa for sediada em outra Unidade da Federação;
- c) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- f) Demais documentos que venham a ser exigidos pela legislação aplicável.

11.2.1. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, irregularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária, falhas na execução dos serviços, inconsistências na documentação apresentada ou qualquer descumprimento das condições contratuais imputável à Contratada.

11.2.2. Havendo necessidade de adequação, complementação ou correção da documentação apresentada, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente comunicará formalmente a Contratada, de forma objetiva, suspendendo-se a contagem do prazo para pagamento até a regularização das pendências apontadas.

11.3. O pagamento será efetuado mediante transferência eletrônica para conta bancária de titularidade da Contratada, em instituição financeira por ela indicada, ou por outro meio legalmente admitido, devendo as informações bancárias constar na Nota Fiscal/Fatura.

11.4. Decorrido o prazo para pagamento de eventual multa aplicada e não quitada pela Contratada, o respectivo valor poderá ser descontado dos créditos eventualmente existentes em seu favor, observados o contraditório e a ampla defesa.

11.5. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas em nome do MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PR, inscrito no CNPJ nº 75.587.204/0001-70, com sede na Avenida Presidente Costa e Silva, nº 95, Centro, Terra Roxa/PR, devendo constar obrigatoriamente o número do processo licitatório, do contrato administrativo e o período de referência da prestação dos serviços.

11.6. Os pagamentos serão realizados mediante comprovação do atendimento das metas e obrigações de execução previstas neste Termo de Referência, no Contrato e nos demais documentos que compõem a contratação.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob a forma **CONTRATO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR VALOR**.

12.2 Para fins de habilitação jurídica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

12.2.1 Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

12.3 Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

12.3.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

12.3.2 Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);

12.3.3 Certidões de regularidade com a Fazenda Estadual;

12.3.4 Certidões de regularidade com a Fazenda Municipal;

12.3.5 Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

12.3.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

12.4 Para fins de qualificação econômico-financeira, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

12.4.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

13. SUBCONTRATAÇÃO

13.1 Não será admitida a subcontratação.

14. VIGÊNCIA

14.1 O contrato terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado nos termos da lei vigente.

15. DO REAJUSTAMENTO

15.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA.

15.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

15.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

15.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

15.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

15.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

15.5. O reajustamento somente será concedido após o transcurso do prazo mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que esta se referir, conforme estabelecido no instrumento convocatório.

15.6. Fica vedada a concessão de reajustamento em periodicidade inferior a 12 (doze) meses, bem como a aplicação de índices diversos daqueles expressamente previstos, ressalvadas as hipóteses legais de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro decorrentes de fatos imprevisíveis, força maior, caso fortuito ou fatos do príncipe, nos termos da legislação vigente.

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação das secretarias abaixo discriminada:

Código Dotação Descrição 10 Secretaria Municipal do Meio Ambiente 2048
Manutenção das Atividades da limpeza, manejo e destinação de resíduos sólidos urbanos 3.339.039.999.900.000.000 Demais serviços de terceiros, pessoa jurídica.
511 Taxas - Prestação de Serviços

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

17.2. A contratada que descumprir total ou parcialmente as obrigações assumidas no contrato decorrente do processo licitatório cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos secos recicláveis e reutilizáveis, provenientes da coleta seletiva municipal, até a Unidade de Valorização de Recicláveis – UVR do Município de Terra Roxa/PR, ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos arts. 155 a 163, sem prejuízo da responsabilidade civil, ambiental e penal cabível, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.3. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos causados à Administração Pública, ao meio ambiente, à saúde pública, à segurança dos trabalhadores e da população.

17.4. Resumo das Sanções Aplicáveis:

Sanção	Base Legal	Hipóteses de Aplicação	Detalhes
Advertência	Lei nº 14.133/2021	Falhas formais ou de pequena gravidade na execução dos serviços de coleta e transporte de resíduos recicláveis, desde que não causem prejuízo à Administração, ao meio ambiente ou à continuidade da coleta seletiva	Aplicação imediata mediante registro formal
Multa Moratória	Lei nº 14.133/2021	Atraso injustificado no início da execução dos serviços, nas rotas de coleta, no transporte dos resíduos ou no atendimento às solicitações da Administração	0,5% ao dia sobre o valor do item ou parcela afetada
Multa por Inexecução Parcial	Lei nº 14.133/2021	Execução parcial dos serviços ou execução em desacordo com as especificações técnicas e ambientais (ex.: coleta incompleta, descarte inadequado de resíduos, veículos em condições precárias, ausência de EPIs, falhas no transporte ou descumprimento das rotas estabelecidas)	Até 5% sobre o valor da parte inadimplida
Multa por Inexecução Total	Lei nº 14.133/2021	Não execução dos serviços contratados, abandono da execução, paralisação injustificada ou recusa em cumprir as obrigações contratuais	Até 10% sobre o valor total do contrato
Impedimento de Licitar e Contratar	Lei nº 14.133/2021	Inexecução grave, descumprimento de normas ambientais e de segurança do trabalho, utilização de veículos inadequados, fraude na execução contratual ou reincidência de infrações	Até 3 anos
Declaração de Inidoneidade	Lei nº 14.133/2021	Conduta dolosa que cause prejuízo relevante à Administração Pública ou ao meio ambiente, fraude comprovada, descarte irregular de resíduos, adulteração de informações operacionais ou prática que coloque em risco a saúde pública e a segurança dos trabalhadores	Mínimo de 3 anos

17.5. Critérios de Cálculo das Multas

Tipo de Infração	Base de Cálculo	Percentual	Fórmula de Cálculo	Limite Máximo
Mora na execução dos serviços	Valor do item ou parcela afetada (V)	0,5% ao dia	$Multa = V \times 0,5\% \times D$	Até 10% do valor global do contrato
Inexecução parcial ou execução em desacordo com as especificações	Valor da parte inadimplida (Vp)	Até 5%	$Multa = Vp \times 5\%$	—
Inexecução total do objeto	Valor total do contrato (Vt)	Até 10%	$Multa = Vt \times 10\%$	10% do valor global do contrato
Infrações leves	—	Advertência	—	—
Infrações graves ou dolosas	—	Impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade	—	Conforme Lei nº 14.133/2021

17.6. Definições para cálculo

V = Valor do item, etapa ou parcela do contrato afetada pelo atraso na execução dos serviços;

Vp = Valor correspondente ao serviço executado em desacordo com as especificações técnicas, operacionais, ambientais ou de segurança exigidas;

Vt = Valor total do contrato;

D = Número de dias de atraso no início, execução ou regularização dos serviços de coleta e transporte de resíduos recicláveis.

17.7. Procedimento para Aplicação das Penalidades

17.7.1. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, garantindo à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa:

I – A contratada será formalmente notificada da infração cometida, sendo-lhe concedido prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia;

II – Após análise da defesa apresentada, a autoridade competente decidirá motivadamente pela aplicação ou não da penalidade;

III – Da decisão que aplicar penalidade caberá recurso administrativo, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

IV – As penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade serão aplicadas mediante processo administrativo específico, observados os prazos legais.

17.8. Forma de Cobrança das Multas

17.8.1. As multas aplicadas poderão ser:

I – descontadas de pagamentos eventualmente devidos pela Administração à contratada;

II – cobradas administrativamente;

III – cobradas judicialmente, caso não haja pagamento voluntário.

17.8.2. O pagamento da multa não exime a contratada da obrigação de reparar integralmente os danos eventualmente causados à Administração Pública, ao meio



ambiente e a terceiros, especialmente aqueles relacionados à má execução dos serviços, descarte irregular de resíduos, contaminação ambiental, interrupção da coleta seletiva, danos ao patrimônio público, acidentes de trabalho, descumprimento das normas ambientais e prejuízos à saúde pública.

Terra Roxa, 17 de junho de 2026.

Juliana da Silva
Secretária do Meio Ambiente

ANEXO II

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, exclusivamente por meio do sistema, a contar da notificação, os documentos de habilitação, conforme estabelecido no presente Edital:

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual; e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4. DOCUMENTOS PARA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da Proponente; Caso na certidão conste qualquer ação judicial distribuída, deverão ser apresentados os comprovantes de quitação dos débitos ou certidão explicativa que aponte a situação da demanda judicial;

1.4.2 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.2.1 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.2.2 os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.2.2.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.4.2.2.2 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

1.4.2.3 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a [1] no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a [1] no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a [1] no índice de Liquidez Corrente (LC).

1.4.2.4 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica da proponente, em vigência, junto ao Órgão fiscalizador responsável; (Registro no CREA ou CRBio ou CAU ou CRQ);

b) Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome da licitante ou do responsável técnico, expedido por pessoa jurídica de direito

público ou privado, que comprove a execução de serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto desta licitação, referentes à coleta e/ou transporte de resíduos sólidos;

- O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo: descrição da natureza dos serviços executados; discriminação dos serviços prestados; avaliação quanto à qualidade da execução; cumprimento de prazos e demais condições contratuais;
- Identificação da entidade emitente, contendo razão social, CNPJ, endereço e telefone;
- Local e data de emissão;
- Nome, cargo, assinatura e contatos do responsável pela veracidade das informações;
- Indicação do prazo contratual, com data de início e término da execução;
- A comprovação da qualificação técnica poderá ser realizada por meio do somatório de quantitativos executados em mais de um contrato, desde que compatíveis com o objeto licitado;

c) Declaração de disponibilidade dos veículos, caminhões, máquinas e equipamentos necessários à execução dos serviços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, acompanhada de documentação comprobatória, admitindo-se:

- Para bens próprios: cópia da nota fiscal, CRLV ou outro documento idôneo que comprove a propriedade em nome da licitante;
- Para bens locados: cópia do contrato de locação, pré-contrato ou carta de intenção de locação, acompanhada de documento que comprove a propriedade do bem pelo locador;
- Para aquisição futura: carta de intenção de compra, acompanhada de declaração do fornecedor comprometendo-se à entrega do bem antes do início da execução contratual;

d) Todos os veículos, máquinas e equipamentos deverão atender às especificações técnicas do edital, encontrando-se em bom estado de conservação, segurança e pleno funcionamento, sujeitando-se à vistoria da Administração;

e) Apresentação de Licença Ambiental Simplificada (LAS) vigente, ou outro instrumento ambiental equivalente, emitido pelo órgão ambiental competente, que autorize a execução dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos, em conformidade com a legislação ambiental vigente e com as normas do Instituto Água E Terra – IAT.

1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).

1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, ou **Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de

qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 **(ANEXO VIII)**.

1.7.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.9 Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.10 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.11 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

ANEXO III

MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° xxx/xxxx

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:		Inscrição Estadual :	
CNPJ/CPF :			
Endereço :			
Bairro:			
CEP:		Cidade:	Estado:
Telefone:	Fax:	e-mail:	
Banco:	Agência:	Conta-corrente:	

Constitui objeto desta licitação: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS SECOS RECICLÁVEIS E REUTILIZÁVEIS, PROVENIENTES DA COLETA SELETIVA MUNICIPAL, ATÉ A UNIDADE DE VALORIZAÇÃO DE RECICLÁVEIS – UVR DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PR**, para atender ao(à) ÓRGÃO/ENTIDADE.

1. Especificações técnicas:

Lote 1	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Item 1				

2. A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal

ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO¹

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO (timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal

ANEXO VI

LOCAIS DE ENTREGA

ÓRGÃO/ENTIDADE	
Local de Entrega: Município de Terra Roxa - Paraná.	
Responsável pelo Recebimento: Secretaria Solicitante	
Telefone: (44) 3645-8300.	
Horário de Funcionamento: 07:30h às 12:00h e das 13:30h às 17:00h.	

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO/SERVIÇOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXXXXXXXXX]

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, com endereço na Avenida Presidente Costa e Silva, nº 95, Terra Roxa-PR, inscrita no CNPJ sob nº 75.587.204/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, IVAN REIS DA SILVA, inscrito no RG nº XXXXXXXXXX e CPF nº XXXXXXXXXX residente na cidade XXXXXXXXXX sito à XXXXXXXXXX, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: XXXXXXXXXX, com sede na cidade de XXXXXXXX, sito à XXXXXXXXX, sob o CNPJ nº XXXXXXXXX neste ato representada por seu representante legal, senhor XXXXXXXXXX, inscrito no RG nº XXXXXXXXXX e CPF nº XXXXXXXXXX residente na cidade XXXXXXXXXX sito à XXXXXXXXXX, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 4045/2023, de 31 de Março de 2023; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 000/0000, do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS SECOS RECICLÁVEIS E REUTILIZÁVEIS, PROVENIENTES DA COLETA SELETIVA MUNICIPAL, ATÉ A UNIDADE DE VALORIZAÇÃO DE RECICLÁVEIS – UVR DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PR.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA (ANUAL)	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (PREÇO MÉDIO)	VALOR TOTAL

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º XXXXXXXX, objeto do processo administrativo n.º XXXXXXXX, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial do Município de Terra Roxa-PR.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:

Os bens deverão ser fornecidos, conforme descrito no Termo de Referência.

4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2 O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

5. DO REAJUSTE.

5.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

5.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

5.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 33, do Decreto n.º 4045/2023, de 31 de março de 2023.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 32, do Decreto n.º 4045/2023, de 31 de março de 2023.

6.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

6.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1 Os bens deverão ser entregues no local (Anexo VI), na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

7.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de **XXXX (XXXXXXXXXXXX)** dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

7.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até **XXXX (XXXXXXXXXX)** dias da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **[XXXXXXXX] (XXXX)** dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8 FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Código	Descrição

9 VIGÊNCIA:

9.1 O contrato terá vigência de XXXX, contados de __/__/__ a __/__/__, podendo ser prorrogado nos termos do art.107, da Lei nº 14.133/2021.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo

de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para os licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 10.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome do MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PR, CNPJ 75.587.204/0001-70, Avenida Presidente Costa e Silva, 95, Centro – Terra Roxa-PR, constando número da licitação.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2 A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote/item no qual participou ou do contrato/ata.

12.3 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

12.4 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

12.5 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública Municipal.

13. CASOS DE EXTINÇÃO:

13.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

13.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

13.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

13.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

13.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

13.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

13.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

14. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

14.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

14.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

14.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14.3 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

14.4 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período

15. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I – Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou preposto do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “**prática obstrutiva**”: (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista na cláusula III, deste Edital; (II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser

financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1 O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

16.3 Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

16.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

16.5 O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

16.6 O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

16.7 O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato/ata e após o seu encerramento.

16.8 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

16.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

16.10 O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de

situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

16.11 Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

16.12 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

16.13 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO.

16.14 Encerrada a vigência do contrato/ata ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

17.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 4045/2023, de 31/03/2023 e demais leis federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

17.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

17.4 Para dirimir as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Terra Roxa-PR, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Terra Roxa-PR, ____ de _____ de ____.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º ____/_____, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar nº 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

Local e data

Representante Legal

ANEXO IX

DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:
 - 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
 - 1.2. referentes a participações societárias;
 - 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
 - 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
 - 1.5. estado civil;
 - 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
 - 1.7. relações de parentesco;
 - 1.8. número de telefone;
 - 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
 - 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.
2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.
3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal